

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.567 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 19 DE SETEMBRO DE 2002



José Cruz

Carlos Wilson: "Nada mais justo que o trabalhador possa dispor de um patrimônio que lhe pertence"

Desempregado poderá sacar PIS/Pasep

O saldo da conta do Fundo de Participação PIS/Pasep poderá ser sacado pelo trabalhador que perder o emprego se for aprovado projeto de Carlos Wilson. A proposta será examinada pela Comissão de Assuntos Sociais. O senador destaca o alcance social do projeto, já que o país vive "os maiores índices de desemprego".

PÁGINA 3

Proposta que pune trabalho escravo recebe apoio do TST

Presidente do tribunal pede à Câmara dos Deputados que vote projeto de Ademir Andrade, já aprovado pelo Senado, que determina o confisco das terras onde ficar constatada servidão



Mais de mil casos de trabalho escravo foram registrados este ano no país, especialmente em fazendas da região amazônica, conforme dados de instituições ligadas aos direitos humanos.



José Cruz

O pedido para votação da proposta foi enviado ao presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, pelo presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Francisco Fausto. No ofício, o presidente do TST afirma que "a escravidão sobrevive no Brasil tanto ou mais cruel que antes da promulgação da Lei Áurea, em muitos casos acobertada pelos poderes locais". O projeto de Ademir Andrade foi aprovado pelos senadores em outubro do ano passado.

PÁGINA 3

Ademir Andrade lamenta demora de fiscais em investigar denúncias de trabalho escravo

Começa debate sobre integração de fronteiras

Começa hoje em Foz do Iguaçu o I Fórum de Debates sobre Integração Fronteiriça. Serão debatidos temas como saúde pública na região, deslocamento de trabalhadores e questões comerciais.

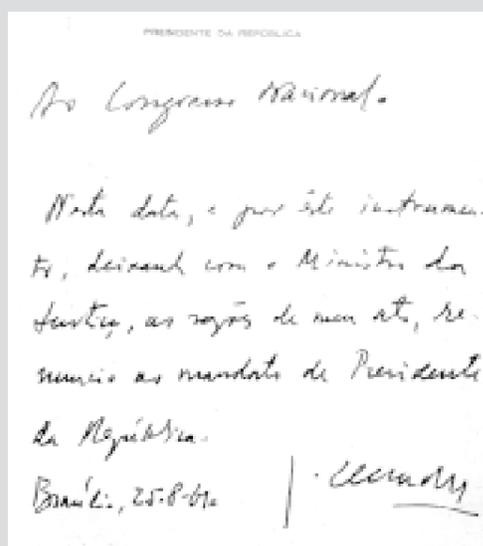
PÁGINA 2



Roosevelt Pinheiro

O fórum está sendo realizado por iniciativa do senador Roberto Requião

Projetos de Sarney e Freitas Neto incentivam a leitura



Documentos históricos fazem sucesso na Feira Pan-amazônica do Livro

No primeiro dia de funcionamento da feira, em Belém, os visitantes demonstraram especial interesse pela exposição de documentos do Arquivo do Senado. O público chegou a fazer fila diante da vitrine em que estão expostas, entre outras peças, as cartas de renúncia dos ex-presidentes Jânio Quadros e Fernando Collor de Mello (fotos).

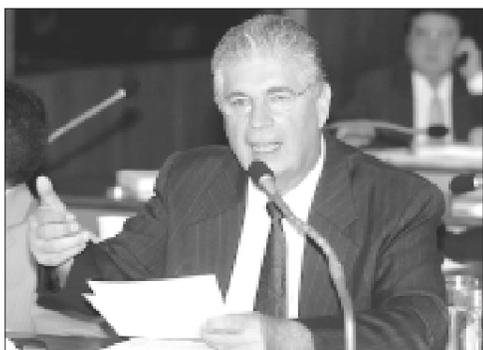
PÁGINA 4

Começa hoje fórum sobre integração do Mercosul

O encontro, em Foz do Iguaçu, debaterá temas como deslocamento de trabalhadores e comércio entre os países que compõem a área de livre comércio

Por iniciativa do senador Roberto Requião (PMDB-PR), será realizado hoje e amanhã o I Fórum de Debates sobre Integração Fronteiriça. O evento tem o objetivo de discutir temas como a experiência européia em integração fronteiriça, saúde pública na região de fronteira, deslocamento de trabalhadores e comércio entre os países do Mercosul. O fórum será realizado em Foz do Iguaçu (PR).

Já confirmaram presença o senador Arlindo Porto (PTB-MG), os deputados federais Osmar Serraglio (PMDB-PR), doutor Rosinha (PT-PR) e Aldo Rebelo (PCdoB-



José Botafogo Gonçalves

Requião, presidente da Comissão Parlamentar do Mercosul, propôs a realização do fórum

SP) e os embaixadores brasileiros José Botafogo Gonçalves, na Argentina, e Luiz Augusto de Castro, no Paraguai.

Requião preside a representação brasileira da Comissão Parla-

mentar Conjunta do Mercosul, que integra os legislativos do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Outras informações podem ser obtidas na Internet, no endereço www.camara.gov.br/mercosul.

Osmar Dias propõe criação de área de livre comércio em Foz do Iguaçu

Com parecer favorável do senador José Agripino (PFL-RN), aguarda votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto do senador Osmar Dias (PDT-PR) que cria área de livre comércio em Foz do Iguaçu (PR), com regime fiscal especial, destinada a promover o desenvolvimento econômico e social das regiões fronteiriças do Paraná.

Osmar Dias afirma que a localização estratégica na tríplice fronteira – Argentina, Brasil e Paraguai – fez da cidade de Foz do Iguaçu a capital do Mercosul. Por isso, diz, é importante a criação da área de livre comércio para incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos.

O senador também argumenta que a cidade paranaense tem sofrido, por décadas, “esvaziamento contínuo de seu comércio” devido à concorrência desigual,

exercida, sobretudo, pelo município paraguaio de Ciudad del Este, que não dispõe de recursos turísticos nem da infra-estrutura de serviços de Foz do Iguaçu, mas conta com um regime fiscal atraente.

No entender de Osmar Dias, os turistas que vão a Foz do Iguaçu, atraídos por suas belezas naturais, dinamizariam a economia local e a da região, totalmente dependente do turismo, se pudessem fazer compras na cidade brasileira com as mesmas facilidades fiscais oferecidas por Ciudad del Este e Puerto Iguazu (Argentina).

IMPOSTOS

Conforme o senador, o projeto não objetiva criar uma zona franca industrial, como a de Manaus, que produz para o Brasil inteiro



Roosevelt Pinheiro

Segundo Osmar Dias, iniciativa promoverá desenvolvimento econômico da região

com desoneração de impostos. Visa, apenas, instituir uma área de livre comércio nos moldes das aprovadas pelo Legislativo para Tabatinga (AM), Guajará-Mirim (RO) e Macapá-Santana (AP).

Emilia destaca resultado do plebiscito de adesão à Alca

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) comemorou o resultado do plebiscito sobre a adesão do Brasil à Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e a cessão da Base de Lançamentos de Satélite de Alcântara (MA) aos Estados Unidos. Dos mais de 10 milhões de brasileiros que participaram da consulta organizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e outras entidades, 98,33% condenaram o acordo de livre comércio. A rejeição ao tratado para uso da Base de Alcântara foi ainda maior: 98,94%. Para Emilia, a adesão à Alca afeta a soberania nacional.

– Para os 224 milhões de pobres e 90 milhões de indigentes latino-americanos e caribenhos, a Alca significa reforçar a política neoliberal que os empobrece. É sinônimo, para os trabalhadores, de mais desemprego, de mais precarização e menos proteção no trabalho. Para os trabalhadores rurais, para a agricultura brasileira, trará sérios prejuízos com a entrada de produtos agrícolas dos Estados Unidos em condições desleais de concorrência.



Roosevelt Pinheiro

Para os trabalhadores, a Alca é sinônimo de mais desemprego, afirma Emilia Fernandes

Emilia condenou ainda a possibilidade de o governo federal ceder a Base de Alcântara para os Estados Unidos realizarem testes aeroespaciais.

– Infelizmente, o governo parece estar decidido a bancar esse verdadeiro aluguel incondicional de parte do Brasil e de sua soberania, o que exige do Congresso Nacional e da sociedade uma postura firme e decididamente contrária a esse acordo – finalizou.



O *Jornal do Senado* publica perguntas e sugestões dirigidas aos senadores abordando questões de interesse público. A desta edição foi veiculada pela TV Senado. Você pode participar e ter sua pergunta respondida aqui, ligando gratuitamente para o serviço *A Voz do Cidadão* – 0800 61 2211 – e autorizando a publicação.

Jurandir Zenedi, de São Paulo (SP): Sugiro que os medicamentos sejam vendidos na quantidade recebida pelo médico, não em embalagens já prontas que contribuem apenas para dar mais lucro aos laboratórios farmacêuticos.

O senador Tião Viana (PT-AC) responde: Já existe projeto com essa proposta em tramitação. A nossa expectativa é de que a redução de despesa ao usuário brasileiro possa chegar a 30% com a aprovação do projeto, que já foi aprovado pelo Senado em outubro de 2001 e agora está sendo analisado pela Câmara dos Deputados.

Antonio Carlos Júnior propõe assistência médica e alimentar a indigentes, bem como inserção no mercado de trabalho



Célio Azevedo

Moradores de rua podem ter treinamento para emprego

Com o objetivo de ressocializar os moradores de rua, pobres e indigentes do país, o senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) apresentou projeto de lei que cria serviço voltado para o atendimento à população que não tem domicílio certo e não está sendo atendida por outros programas oficiais de combate à pobreza. A proposta tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado.

Segundo o projeto, as pessoas que se encontrem naquela situação poderão ter acesso a restau-

rante popular e a tratamento médico, odontológico e psicológico, além de treinamento profissional para que possam ingressar ou retornar ao mercado de trabalho.

Antonio Carlos Júnior argumenta que, para ressocializar, de maneira permanente, essas parcelas carentes da população, “é imprescindível que possam receber treinamento num ofício ou profissão, para permitir que venham suprir, eles mesmos, seu sustento, de maneira a serem reincluídos na sociedade”.

CAE examina fim de taxaço irregular sobre rendimentos

A legislação do Imposto de Renda (IR) poderá sofrer alterações para impedir a incidência irregular do tributo sobre rendimentos recebidos acumuladamente. Projeto do deputado Milton Temer (PT-RJ), destinado a corrigir um “erro técnico” que dá margem à tributação de parcelas de rendimento isentas, já recebeu parecer favorável do senador Geraldo Melo (PSDB-RN) e aguarda votação pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Na tentativa de sanar o problema, a proposição prevê que, no caso de rendimentos recebidos acumuladamente, o imposto incidirá no mês do recebimento ou crédito, aplicando-se a tabela progressiva e a legislação relativa a cada mês a que se referirem os rendimentos. Determina ainda que não será cobrado o imposto em relação aos meses cujo ganho, considerado isoladamente, não ultrapassar o limite de isenção.

Para tornar mais clara sua proposta, Milton Temer recorre, na justificativa, a um caso hipotético de um trabalhador que ganha R\$ 900 por mês, situando-se, portanto, na faixa de isenção do IR, mas que está com o salário atrasado há dez meses. Se o empregador saldar a dívida de uma só vez, o parlamentar observa que o trabalhador,



Geraldo Melo apresentou parecer favorável à proposta na Comissão de Assuntos Econômicos

antes isento, vai sofrer uma retenção do tributo na fonte da ordem de 27,5%, a maior alíquota aplicada ao Imposto de Renda.

“Ora, essa injustiça é visível a olhos nus”, afirma o deputado, ressaltando o compromisso de seu projeto de “garantir segurança jurídica tributária a todos os cidadãos de forma igualitária, não tributando perdas patrimoniais a trabalhadores, aposentados e assemelhados”. O autor da iniciativa lembra que o trabalhador taxado no exemplo acima seria duplamente penalizado: pelo não recebimento dos salários em dia e pelo pagamento de IR por quantias que, se recebidas nos prazos normais, não seriam tributadas.

TST defende proposta que combate trabalho escravo

Ministro Francisco Fausto pede, em ofício, ao presidente da Câmara que coloque logo em votação PEC do senador Ademir Andrade

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Francisco Fausto, pediu, em ofício dirigido ao presidente da Câmara, deputado Aécio Neves, que coloque logo em votação a proposta do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que determina o confisco das terras onde ficar constatado o trabalho escravo. A matéria foi aprovada pelos senadores em outubro do ano passado.

A proposta de emenda à Constituição amplia o alcance do artigo 243, que determina o confisco de propriedades usadas no plantio de maconha e outros psicotrópicos. Com a mudança pretendida pelo senador, as terras onde ficar provado o uso de mão-de-obra escrava serão destinadas à reforma agrária, beneficiando preferencialmente quem trabalhava nelas. Os proprietários não terão direito a indenização.

No ofício enviado a Aécio Neves, o presidente do TST afirma que “a escravidão sobrevive no Brasil, tanto ou mais cruel que antes da promulgação da Lei Áurea, em muitos casos acobertada pelos poderes locais”. No entendimento do ministro Francisco Fausto, a expropriação das terras será um meio eficaz



Roosevelt Pinheiro

Proposta de Ademir Andrade estabelece confisco de terras, destinando-as à reforma agrária

para reduzir o trabalho escravo. “Não se pode esperar que quem explora o trabalho de um empregado em troca de um prato de comida irá mudar de atitude apenas por meio da pedagogia”, sustenta o magistrado.

Para o ministro, “é preciso agir com todo o rigor da lei diante das figuras dos capatazes e dos capitães-de-mato que ressurgiram nas fazendas, como uma praga, ameaçando, torturando e caçando escravos em fuga”.

Conforme dados de diversas instituições ligadas aos direitos

humanos, citados pelo ministro Francisco Fausto, neste ano já foram registrados mais de mil casos de trabalho escravo, especialmente em fazendas da região amazônica.

Durante a discussão da proposta no Senado, Ademir Andrade lamentou que os fiscais do trabalho demorem de 20 a 30 dias para fiscalizar uma fazenda, após o recebimento da denúncia. Nesse tempo, os fazendeiros costumam ser informados e retiram os trabalhadores das suas terras, acrescentou o senador.

Carlos Wilson propõe saque do saldo do PIS/Pasep em caso de demissão

O trabalhador que perder o emprego poderá sacar todo o saldo de sua conta do PIS/Pasep, segundo estabelece projeto de lei de autoria do senador Carlos Wilson (PTB-PE). A proposição, que aguarda o parecer do relator, senador Mauro Miranda (PMDB-GO), deverá ser votada brevemente pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado, em deliberação terminativa.

Na justificativa da proposta, Carlos Wilson argumenta que o desemprego é o pior dos males que pode afligir um trabalhador. “Nada mais justo que, encontrando-se nessa terrível situação, o trabalhador possa dispor de patrimônio que lhe pertence, como um importante alicerce para a superação de um momento tão difícil”, argumenta o



José Cruz

Para Carlos Wilson, é inquestionável o alcance social de sua proposta em exame na CAS

senador.

Para Carlos Wilson, o projeto de sua iniciativa “é extremamente justo e oportuno, já que aparece em uma

ocasião em que a política econômica é guiada por taxas de juros elevadíssimas, que culminam nos maiores índices de desemprego já vistos na história do país”.

O senador argumenta ainda ser inquestionável o alcance social da sua proposta, daí por que entende que a matéria receberá aprovação da Casa.

O Fundo de Participação PIS/Pasep foi criado com a unificação, em 1976, dos fundos constituídos com recursos provenientes do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep).

Se aprovado pela CAS, o projeto será enviado diretamente ao exame da Câmara, caso não seja apresentado recurso para votação no Plenário do Senado.

Projetos de Freitas Neto e Sarney incentivam a leitura

As propostas, que tramitam na CCJ, fixam regras para utilização de livros didáticos e definem normas para editoras e distribuidoras

O incentivo à leitura e a valorização do livro como meio de disseminação do conhecimento são as metas propostas por dois projetos do Senado em tramitação conjunta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Um deles, de autoria do senador Freitas Neto (PSDB-PI), estabelece regras para utilização de livros didáticos pelos estabelecimentos de ensino fundamental, médio e supletivo. O outro, apresentado pelo senador José Sarney (PMDB-AP), institui a Política Nacional do Livro. Ambos estão sendo relatados pelo senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA).

Com o propósito de simplificar o processo de aquisição de livros didáticos, sem prejuízo da liberdade de escolha por parte de professores e instituições de ensino, Freitas Neto propõe que os livros didáticos sejam adotados pelo prazo mínimo de três anos letivos. Os cadernos de exercício e o manual do professor deverão ser publicados separadamente, como anexos, cabendo ao Ministério da Educação supervisionar o cumprimento dessas regras.

O projeto do senador pelo Piauí estipula ainda que os livros didáticos adquiridos com recursos públicos deverão ser avaliados e aprovados previamente por comissão especializada. Entre os requisitos para a compra desse ma-



José Cruz



Roosevelt Pinheiro

Freitas Neto defende a simplificação no processo de compra de livros didáticos e Sarney propõe uma política nacional para o setor

terial, destaca-se a exigência de prática, pelas editoras, de preços idênticos na venda ao setor público e a particulares. Na justificativa do projeto, Freitas Neto assinala sua intenção de combater a produção de livros "descartáveis" e a manipulação de preços, contribuindo, assim, para "reforçar o processo de universalização e qualificação do ensino brasileiro".

POLÍTICA DO LIVRO

Já a iniciativa de Sarney tem uma amplitude maior, pois fixa diretrizes para estimular o hábito da leitura e normas para editoração, distribuição e comercialização do livro no país. A Política Nacional do Livro proposta confere missão especial ao Poder Executivo, nas três esferas de governo, ao prever a criação de linhas

de crédito específicas para edição e distribuição de livros; a implementação de programas de manutenção e atualização do acervo de bibliotecas públicas, universitárias e escolares; e a realização de parcerias públicas ou privadas para ampliação do número de livrarias e pontos de venda no país.

— O presente projeto de lei tem como beneficiário primeiro o cidadão, o leitor, colocando a sua disposição a capacitação para a vida por meio de livro, ou seja, do próprio conhecimento — afirmou Sarney em sua justificativa. Depois de passar pela CCJ, os dois projetos seguem para a Comissão de Educação (CE), onde deverão ser relatados pelo senador Ricardo Santos (PSDB-ES) e analisados em caráter terminativo.

Renda de loterias pode reforçar educação

Dez por cento dos recursos arrecadados pela Caixa Econômica Federal, provenientes das loterias por ela administradas, serão destinados aos municípios com menos de 250 mil habitantes para aplicação em programas de renda mínima vinculados à educação fundamental, por meio de bolsas de estudo. A proposta está contida em projeto de lei do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que deverá ser votado ainda este ano pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O relator da matéria, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), é favorável à aprovação do projeto, que, se for acatado pela comissão, segue direto para análise da

Câmara dos Deputados, caso não haja solicitação para que seja apreciado pelo Plenário do Senado.

Para Mozarildo, a educação é um direito garantido pela Constituição e, portanto, deve merecer atenção de todos. Mas, a seu ver, é necessário que o governo injete novos recursos no setor, como o proposto, para que a educação fundamental possa atingir o maior número de crianças.

Por esse motivo, o senador entende que seu projeto pode contribuir em muito para que municípios com menos de 250 mil habitantes ofereçam às crianças uma educação de melhor qualidade. Ele considerou a iniciativa como de relevante interesse social, a



José Cruz

Projeto de Mozarildo prevê aplicação em programas de bolsas de estudo

exemplo do programa Bolsa-Escola implantado em 1995 no Distrito Federal, que oferece um salário mínimo às famílias que mantêm os filhos na escola.



O Senado participa pelo segundo ano da Feira Pan-amazônica do Livro, que foi aberta ontem em Belém

Paraenses fazem fila para ver documentos históricos

Com a presença do governador do Pará, Almir Gabriel, e do embaixador francês no Brasil, Alain Rouquié, foi aberta ontem em Belém (PA) a VI Feira Pan-amazônica do Livro, que nesta edição tem a França como país convidado. Este é o segundo ano em que o Senado participa do evento, apresentando aos paraenses livros e expondo documentos históricos e obras em braile.

No primeiro dia da feira, os visitantes demonstraram interesse especial pela exposição de documentos do Arquivo do Senado Federal (veja matéria abaixo). O público fez fila diante da vitrine em que estão expostas a Lei Áurea e as cartas de renúncia dos ex-presidentes Jânio Quadros e Fernando Collor de Mello.

Para a Feira Pan-amazônica, a exposição incluiu o termo de posse de Jânio Quadros e a proposta que autorizou o governo federal a premiar o aviador Alberto San-

tos Dumont, por seu histórico vôo sobre Paris, em 13 de outubro de 1901. O projeto do Senado que incorporou ao estado do Amazonas o território onde hoje se localiza o estado do Acre também pode ser visto.

Hoje, às 19h, o Senado promove evento para um público especial: representantes de associações de cegos do Pará receberão do senador Fernando Ribeiro (PMDB-PA) exemplares em braile de leis como a Constituição, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Doação de Órgãos e o Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

Editoras do Equador, Peru e Portugal foram convidadas para a feira. E o Ciclo sobre Literatura Brasileira homenageará o centenário de nascimento de Carlos Drummond de Andrade e os cem anos de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha.

Arquivo do Senado data do Império

Grande parte da história do Brasil está documentada no Arquivo do Senado, criado na primeira sessão da Casa, ainda no Império, em 1826. Desde então, todas as cartas, projetos, pareceres e outros documentos que circularam na Casa formam um enorme acervo, administrado pela Subsecretaria de Arquivo do Senado.

Entre os documentos arquivados estão propostas de emenda à Constituição, projetos de lei, processos administrativos, boletins de pessoal, fotos, CDs, *Jornal do Senado*, Diário do Senado e do Congresso Nacional e Anais da Casa e do Congresso Nacional, agrupando-os por temas, tipos e assuntos.

Consultas ao arquivo são abert-

tas ao público interno e externo. Os gabinetes do Senado são os maiores usuários. Escritórios de advocacia, estudantes e acadêmicos estão entre os que mais solicitam pesquisas ao Arquivo. A subsecretaria também recebe diversas solicitações por meio do serviço A Voz do Cidadão. Atualmente, o Arquivo cobra pelas cópias solicitadas por usuários externos.

Alguns documentos que estão no Arquivo são sigilosos, como os requisitados por comissões parlamentares de inquérito (CPI). Os interessados em consultá-los precisam de autorização do presidente do Senado e só podem manuseá-los no Arquivo.